

Justiça Gratuita

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, NA DECRETAÇÃO DA INTERDIÇÃO DE JOSÉ DINARTE IGESKI CARDOSO, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. FAZ SABER, pelo presente edital, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de São José dos Pinhais - PR, se processam os autos n.º 0005476-10.2011.8.16.0035 (5476/2011), de INTERDIÇÃO, em que figura como requerente MARIA DIVAIR CARDOSO KRAMAS e requerido JOSÉ DINARTE IGESKI CARDOSO, tendo a autora informado, na inicial, que o requerido é portador de deficiência mental. O feito teve seu regular processo com, a perícia médica e o acompanhamento do Ministério Público e, de acordo com o laudo pericial, ficou demonstrado que o requerido é portador de doença mental de caráter irreversível, a qual determina sua incapacidade para praticar os atos da vida cível, sendo que em data de 26/07/2013, por decisão proferida aos fls. 68/69 dos autos em referência, decretou-se a interdição de JOSÉ DINARTE IGESKI CARDOSO, brasileiro, nascido em 23/07/1959, filho de Artur Leal Cardoso e Antonia Igneski Cardoso, portador do CI R sob nº 6.612.912-8/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 010.689.509-5 residente e domiciliado na BR 376, próximo ao Posto da Polícia Rodoviária Federal, contendo, neste Município de São José dos Pinhais/PR, sendo nomeado curador na pessoa da requerente MARIA DIVAIR CARDOSO KRAMAS, brasileira, portadora do CI R sob nº 5.178.191-0/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 996.694.989-53, residente e domiciliada na Rua Pedro Kramar, nº 300, Contenda, neste Município de São José dos Pinhais/PR, que deverá prestar o compromisso na forma da Lei. E, para que chegue ao conhecimento de terceiros e interessados, e não possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, a ser afixado no lugar de costume do Juízo e publicado pela imprensa, na forma da Lei. São José dos Pinhais, 24 de março de 2014. O Juiz de Direito: Marly Hahn - Auxiliante de Justiça Juremática, que o digitei e subscrevi.

ELIANA SILVEIRA DA ROSA / Escrivã Assinatura Autorizada pela Portaria 017/2011

JUIZO DE DIREITO DA VIGÉSIMA SEGUNDA VARA CÍVEL, FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Edital de Citação de MAX DESIGN COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA, na pessoa de seu representante legal e de Antonio Lopes, com o prazo de 20 dias. Faz saber a quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de Execução de Título Extrajudicial, registrados sob nº 0003016-02.2004.8.16.0001, proposta por RUDEGON REPRESENTAÇÕES E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA contra MAX DESIGN COMERCIO DE MOVEIS E DECORAÇÕES LTDA e ANTONIO LOPES, CPF 408.599.599-53 exaustando os requeridos em local incerto, ficam citados dos termos da ação a saber: A exequente é credora da executada na quantia de R\$ 4.878,16 representada pelos litulos de crédito, vencidos e não pagos, cheques nºs 020521, 020522 e 020523 e 020524 do Banco do Brasil nº 1453, com conta 8996-6, os quais apresentados para compensação foram devolvidos pelas alíneas 11 e 12 (cheque sem fundo). Os cheques foram emitidos pela executada na conta de insumos de marcação vendidos pelo executado. Arrebatou-se a causa o valor de R\$ 5.208,08. Curitiba, 13/03/2014. Outrossim, fica citada dos termos da ação e bem como acerca da desconexão da personalidade jurídica da executada e para que seus sócios passem a responder pela presente execução com seus bens particulares e, para no prazo de 03 (três) dias efetuar o pagamento da dívida no valor de R\$ 13.634,08 (treze mil e seiscentos e três reais), mais custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da execução sob pena de penhora em tantos bens quantos basem para a satisfação do débito. Fica desde já intimado que, poderá optar-se à execução por meio de embargos e por intermédio de advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada aos autos da primeira via do mandado. Fica por fim intimado que sendo realizado o pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. Do que para constar lavrei o presente edital. Curitiba, 29/01/2014. Eu (a) Marlene Romero Coleta, empregada juramentada o subscrevo. (a) Carolina Maia Almeida, Juíza de Direito Substituta.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS 2ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PROJUDI - Rua João Ângelo Cordeiro, s/n - Ed. do Fórum - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.005-70 - Fone: (41) 3035-8403. Autos nº 0015688-55.2011.8.16.0035. EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO EDGARDO OTTERSCHACH - ME (empresa individual) ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, EDGARDO OTTERSCHACH, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. Edital de CITAÇÃO do requerido EDGARDO OTTERSCHACH - ME (empresa individual), inscrito no CNPJ/MF sob nº 551.076.054-15, para que no prazo de quinze (15) dias, contados da data da primeira publicação do presente edital, promova o depósito contábil dos autos nº 0015688-55.2011.8.16.0035 de AÇÃO MONITÓRIA (processo eletrônico) promovido por BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, inscrito no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-44, em trâmite perante o Juízo e Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de São José dos Pinhais - PR, cujo valor, em data de 14/01/2011, era de R\$ 167.852,04 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quatro centavos), a ser devidamente atualizado e acrescido das combinações legais, podendo, em igual prazo, oferecer embargos. Advertindo-se o citado de que não sendo oferecidos embargos no prazo de 15 dias, o mandado de citação se converterá em mandado executivo, nos termos do artigo 1.102-c do Código de Processo Civil. E, para que chegue ao conhecimento do requerido acima nominado e não possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital a ser afixado no lugar de costume do Juízo e publicado pela imprensa, na forma da Lei. São José dos Pinhais, 24 de março de 2014. Eu (a) Juíza Marly Hahn - Auxiliante de Justiça Juremática, que o digitei e subscrevi. (a) ELIANA SILVEIRA DA ROSA - Escrivã - Assinatura Autorizada pela Portaria 01/2011.

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

Associação de fins não econômicos e não lucrativos, de caráter filantrópico, com atividade preponderante na área de Educação, conforme Estatuto Social. Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 60.545 de 07 de abril de 1967 - Registro no CNAS 058183/45. Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 35.672 de 20 de Janeiro de 1961 - Título de Utilidade Pública Municipal conforme Lei Municipal nº 10.903 de 18 de Dezembro de 2003. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), encaminhado pelo CNAS para o ME, conforme processo nº 23.000.012388/2012-39 em processo de análise.

BALANÇO PATRIMONIAL

Regiões Administrativas: Santa Catarina, Norte Catarinense, Sul Paranaense, Central Paranaense, Norte Paranaense, Oeste Paranaense, Instituto Adventista de Santa Catarina e Instituto Adventista Paranaense.

Table with 4 columns: Ativo, Passivo, Demonstração do Superávit e Demonstração do Fluxo de Caixa. Includes sub-sections like Circulante, Caixa e Equivalentes de Caixa, Clientes e Outros Recebíveis, Estoques, Investimentos, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

Table with 5 columns: Patrimônio Social, CISA/FUJÃO, Superávit do Exercício, Verba Disponível, Patrimônio Líquido. Shows changes in equity and reserves.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (EM REAIS)

Nota 01 - Contexto Operacional: A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO é uma associação, de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativos, de caráter filantrópico, com atividade preponderante na área de Educação, seguindo os fundamentos do artigo 13 da Lei 12.101/2009. Possui título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 60.545 de 07/04/1967, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 35.672 de 20.01.1961 e Título de Utilidade Pública do Município de Curitiba, conforme Lei nº 4.367 de 21.09.1972 e Lei Municipal de nº 10.903 de 18/12/2003, e no Município da Educação, conforme processo nº 23.000.012388/2012-39, aguardando a renovação da certificação. Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo à Resolução do CFC nº 1.185/09, a Resolução do CFC nº 1.409/12 e Resolução do CFC nº 1.418/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos. Nota 03 - Principais Práticas Contábeis Adotadas: As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e apresentadas de acordo com a Resolução CFC nº 1.319/10, a Resolução do CFC nº 1.409/12 que aprovou a IGT 2002 e a Resolução do CFC nº 1.418/12 que aprovou a IGT 1000; a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Apresentação nas Demonstrações Contábeis, dos valores contabilizados neste subgrupo representam montante em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor; b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; c) Ativos Circulantes - Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, adotando-se o critério de apropriação de provisões para prováveis inadimplências; d) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização; e) Estoques - Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A provisão para devaluação dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas; f) Imobilizado - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidas da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 06 e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido; g) Obras em Andamento: As construções em andamento são constituídas pelo custo da mão-de-obra e aquisições de materiais; h) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou prováveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação; i) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes; j) Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação, sendo o provável custo registrado quando o evento ocorrer e com base nas melhores estimativas de risco envolvido; k) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço; l) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço; m) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência; n) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado seguindo o Regime de Competência. As receitas são reconhecidas quando mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incluídos sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; o) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; p) Regime de Competência: As receitas e despesas são reconhecidas quando ocorrem e são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incluídos sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; q) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; r) Regime de Competência: As receitas e despesas são reconhecidas quando ocorrem e são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incluídos sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; s) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; t) Regime de Competência: As receitas e despesas são reconhecidas quando ocorrem e são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incluídos sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; u) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; v) Regime de Competência: As receitas e despesas são reconhecidas quando ocorrem e são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incluídos sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; w) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; x) Regime de Competência: As receitas e despesas são reconhecidas quando ocorrem e são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incluídos sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; y) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; z) Regime de Competência: As receitas e despesas são reconhecidas quando ocorrem e são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incluídos sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; aa) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ab) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ac) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ad) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ae) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; af) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ag) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ah) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ai) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; aj) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ak) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; al) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; am) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; an) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ao) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ap) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; aq) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ar) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; as) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; at) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; au) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; av) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; aw) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ax) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ay) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; az) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; ba) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bb) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bc) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bd) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; be) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bf) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bg) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bh) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bi) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bj) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bk) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente, quando de suas finalizações contábeis; bl) Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade exerça julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor da Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para